

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Cultura de Dados Públicos para Políticas Públicas voltadas às Pessoas com Deficiência

Nayara Albrecht, nayara.albrecht@gmail.com

Doutora em Ciência Política

Membro do Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas e

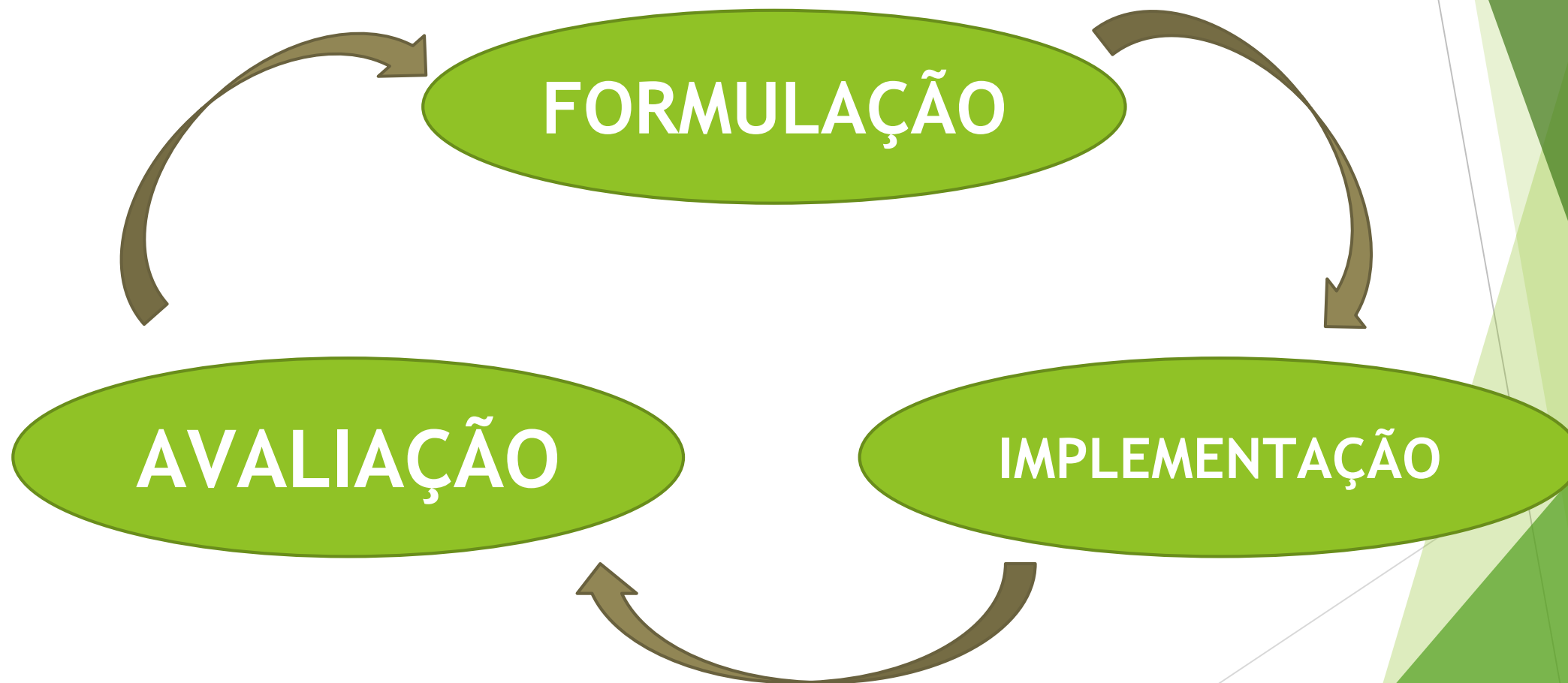
Internet da Universidade de Brasília - LAPIN/UnB

Servidora na Secretaria de Economia Criativa/SECULT/MC

Fundamentos de políticas públicas

- ▶ *Politics x policy x polity*
- ▶ Definição de “políticas públicas”: “ações do governo” (“quem ganha o que, quando e como” - Lasswell).
- ▶ Ciclo de políticas públicas: formulação, implementação e avaliação.

Fundamentos de políticas públicas



Importância de dados e indicadores

- ▶ O que são indicadores? → estatística processada com finalidade específica.
- ▶ Responsabilidade do Poder Público.
- ▶ Necessidade de informações sobre a realidade social.
- ▶ Justificativas para políticas públicas, economia de gastos e eficiência do gasto público, “mensuração de impacto”.

Importância de dados e indicadores

- ▶ Função de dados e indicadores em diferentes fases do ciclo.
- ▶ Construção de indicadores (*o que se quer medir? Por quê?*): necessidade de alto grau de confiabilidade (cobertura populacional adequada, dados desagregáveis, informações inteligíveis para os agentes públicos, ...).
- ▶ Dois tipos de indicadores: setoriais e transversais.
- ▶ Iniciativas recentes do governo federal (serviços digitais, painel estatístico, entre outros).

Políticas públicas para pessoas com deficiência

- ▶ Necessidade de políticas públicas específicas: vulnerabilidade (mais expostos à violência e à discriminação).
- ▶ Dificuldade: ausência de dados sistematizados (*quantas pessoas são? Quais são principais necessidades?*)
- ▶ Nações Unidas (recomendações, base de dados e compêndios)

Políticas públicas para pessoas com deficiência

▶ Questões conceituais (terminologia e definições):

- ▶ Dificuldade de tradução de expressões inglesas ("*disability*", "*impairment*", "*handicap*");
- ▶ Mudanças na terminologia (“pessoas deficientes” → “portadoras de deficiência” → “pessoas com deficiência”).

▶ Escolhas metodológicas:

- ▶ Modelo biomédico (fatores genéticos, doenças, acidentes geram impedimentos físicos, mentais ou sensoriais que devem ser tratados, curados ou educados para convívio em sociedade / impedimentos são identificados pela ordem médica) x perspectiva social (foco na estrutura social → interação entre barreiras ambientais e pessoais)
- ▶ OMS (2001), CIF: abordagem biopsicossocial (condição de saúde + fatores contextuais)
- ▶ Aplicação de questionários: conceitos, operacionalização, teor das perguntas, cooperação dos/as entrevistados/as.

Políticas públicas para pessoas com deficiência

▶ Marco regulatório:

- ▶ DECRETO N° 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009: promulga a Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência;
- ▶ DECRETO N° 7.612, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011: Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Plano Viver sem Limites);
- ▶ LEI N° 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015: Lei Brasileira de Inclusão

Políticas públicas para pessoas com deficiência

- ▶ Definição da LBI: *“Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”* (interação entre corpo e fatores ambientais)
- ▶ Principais instrumentos de coleta de dados: Pesquisa Nacional de Saúde - PNS (modelo biomédico) e Censo Demográfico (perspectiva social).
- ▶ Dificuldades em mensurar dimensões sociais e culturais

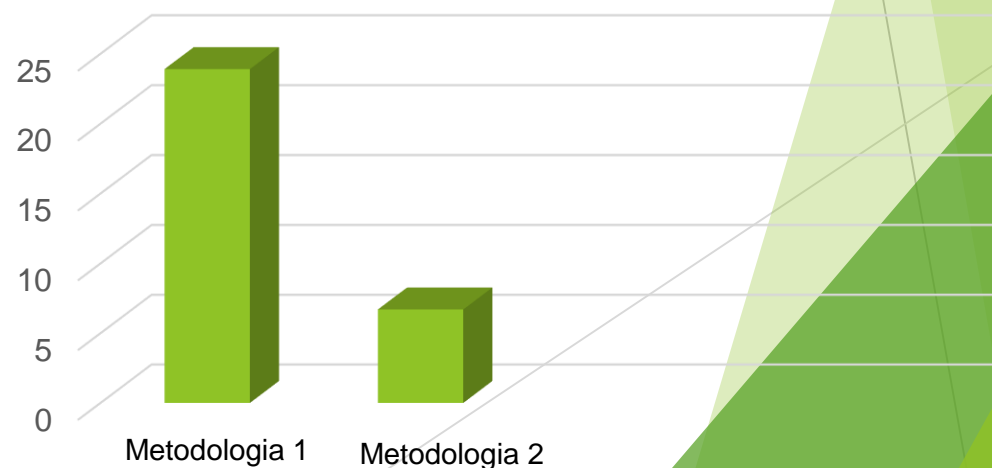
Políticas públicas para pessoas com deficiência

- ▶ Relevância das questões conceituais e da metodologia empregada.

Ex: mudança na metodologia do IBGE

- ▶ IBGE: *Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais (2018).*

Pessoas com deficiência – 2010 x 2018 (mudança de metodologia)



Considerações finais

- ▶ Necessidade de conhecer a realidade dos grupos ▫ consulta às organizações representativas das pessoas com deficiência (principal *stakeholder*/ público-alvo).
- ▶ Importância de certo nível de padronização → congruência.
- ▶ Construção de indicadores válidos e de instrumentos de mensuração → eficiência.
- ▶ Relevância de dados para planejamento, implementação e avaliação de políticas para esse grupo → transparência.
- ▶ Vantagens e desafios do estudo comparado.

REFERÊNCIAS

- ▶ Diversa.org (Educação Inclusiva): “IBGE constata 6,7% de pessoas com deficiência no Brasil com nova margem de corte”
<https://www.diversa.org.br/artigos/ibge-constata-67-de-pessoas-com-deficiencia-no-brasil/>
- ▶ IBGE, *Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais*, 2018.
- ▶ NAÇÕES UNIDAS. Estatísticas sobre deficiência:
<https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/sconcerns/disability/>
- ▶ RAEDER, Savio. “CICLO DE POLÍTICAS: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas”. *Perspectivas em Políticas Públicas* | Belo Horizonte | Vol. VII | Nº 13 | P. 121-146 | jan/jun 2014.

Obrigada!

Nayara Albrecht
nayara.albrecht@gmail.com